



DIÁRIO

da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE OUTUBRO DE 1984

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Manuel Alfredo Tito de Morais

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Leonel de Sousa Fadigas

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Mala Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 40 minutos.

Após a aprovação dos n.ºs 135 a 145 do Diário, deu-se conta do expediente e da apresentação dos requerimentos e de respostas a alguns outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado João Abrantes (PCP), a propósito do XXVI Congresso Nacional dos Bombeiros, abordou a temática dos fogos florestais, criticando as medidas tomadas pelo Congresso.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Hasse Ferreira (UEDS) falou sobre a situação de alguns presos ligados ao processo das «FP-25 de Abril», tendo respondido no fim a pedidos de esclarecimento da Sr.^a Deputada Margarida Marques (PS).

O Sr. Deputado Malato Correia (PSD) teve algumas considerações sobre o exercício da actividade venatória em Portugal. Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento e protestos dos Srs. Deputados Vidigal Amaro (PCP) e Soares Cruz (CDS).

Por último, o Sr. Deputado Carlos Lage (PS) analisou algumas das questões levantadas pelos oradores que o antecederam no uso da palavra.

Verificando-se a falta de quórum para a ordem do dia, o Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Agostinho de Jesus Domingues.

Alberto Manuel Avelino.

Almerindo da Silva Marques.

Américo Albino da Silva Salteiro.

António Cândido Miranda Macedo.

António Gonçalves Janeiro.

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

António José Santos Meira.

Beatriz Almeida Cal Brandão.

Bento Gonçalves da Cruz.

Carlos Augusto Coelho Pires.

Carlos Cardoso Lage.

Carlos Justino Luís Cordeiro.

Edmundo Pedro.

Eurico Faustino Correia.

Fernando Fradinho Lopes.

Francisco Augusto Sá Morais Rodrigues.

Francisco Igrejas Caeiro.

Francisco Lima Monteiro.

Frederico Augusto Händel de Oliveira.

Gaspar Miranda Teixeira.

Gil da Conceição Palmeiro Romão.

Henrique Aureliano Vieira Gomes.

Hermínio Martins de Oliveira.

João de Almeida Eliseu.

João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.

João Luís Duarte Fernandes.

João do Nascimento Gama Guerra.

João dos Santos Ramalho Cosme.

Joaquim José Catanho de Menezes.

Joaquim Manuel Ribeiro Arenga.

Joel Maria da Silva Ferro.

Jorge Lação Costa.

Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.

José Augusto Fillol Guimarães.

José Barbosa Mota.

José Carlos Pinto Basto Torres.

José da Cunha e Sá.

José Manuel Nunes Ambrósio.

José Manuel Torres Couto.

José Martins Pires.

Juvenal Batista Ribeiro.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís António Pita Ameixa.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Fontes Orvalho.
 Manuel Laranjeira Vaz.
 Maria Ângela Duarte Correia.
 Maria da Conceição Pinto Quintas.
 Maria Luísa Modas Daniel.
 Maria Margarida Ferreira Marques.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Hugo Jesus Sequeira.
 Victor Manuel Caio Roque.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Abílio Gaspar Rodrigues.
 Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
 Adérito Manuel Soares Campos.
 Amândio S. Domingos Basto Oliveira.
 Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.
 António d'Orey Capucho.
 António Maria Ornelas Ourique Mendes.
 António Nascimento Machado Lourenço.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 Arménio dos Santos.
 Carlos Miguel Almeida Coelho.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro Amaral.
 Fernando dos Reis Condoso.
 Francisco Jardim Ramos.
 Guido Orlando Freitas Rodrigues.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Luís Malato Correia.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Maurício Fernando Salgueiro.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José de Almeida Cesário.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Luís de Figueiredo Lopes.
 José Silva Domingos.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.
 Mariana Santos Calhau Perdigão.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.

Pedro Miguel Santana Lopes.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Francisco Manuel Costa Fernandes.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Alberto Ribeiro Rodrigues.
 João Carlos Abrantes.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Mariana Grou Lanita.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Paulo Areosa Feio.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Alexandre Carvalho Reigoto.
 António José de Castro Bagão Félix.
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Francisco António Lucas Pires.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Horácio Alves Marçal.
 José Augusto Gama.
 José Miguel Anacoreta Correia.
 José Vieira de Carvalho.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel António Almeida Vasconcelos.
 Manuel Jorge Forte Goes.

Movimento Democrático Português (MDP/ /CDE):

João Corregedor da Fonseca.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquer- da para a Democracia Socialista (UEDS):

António Poppe Lopes Cardoso.
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.

Agrupamento Parlamentar da Acção Social- -Democrata Independente (ASDI):

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Ruben José de Almeida Raposo.

Antes da ordem do dia

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão em aprovação os n.ºs 135 a 145 do *Diário*, respeitante às reuniões plenárias de 6, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 23, 24, 25 e 26 de Julho passado.

O Sr. Joge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, na sessão passada tive a oportunidade de chamar a atenção da Mesa para uma inexactidão num *Diário da Assembleia da República*, mas não desenvolvi até ao fim o meu ponto de vista, uma vez que nessa sessão não estava em aprovação o referido *Diário*. Uma vez que neste momento estão em apreciação e aprovação um conjunto de números do *Diário*, eu aproveitava para interpelar a Mesa sobre esse assunto.

O *Diário*, 1.ª série, n.º 145, relativo à reunião plenária de 26 de Junho de 1984, que está à aprovação, refere a pp. 6343 e seguintes uma lista de deputados que responderam à chamada aquando da votação nominal da proposta de lei n.º 71/III. Como se poderá constatar, esse *Diário* apenas refere a lista dos deputados que responderam à chamada, não referindo a posição de voto de cada um.

No nosso entender, trata-se de lapso ou de errónia interpretação das regras sobre o registo das votações nominais em *Diário da Assembleia da República*. Na verdade, devendo a 1.ª série do *Diário* compreender, de acordo com o n.º 1 do artigo 124.º do Regimento, «o relato fiel e completo de tudo o que ocorrer em cada reunião plenária», o registo das votações nominais deve permitir o conhecimento da posição individual de cada deputado. Em consequência, estes terão de surgir agrupados, por forma a distinguir os votos a favor, contra, abstenções e eventuais faltas de presença na sessão plenária.

Esta conclusão, em nosso entender, não oferece qualquer dúvida e, aliás, tem sido uniformemente aplicada, como se pode ver confrontando o *Diário*, 1.ª série, n.º 68, de 27 de Janeiro de 1984, a p. 3071.

Neste sentido, e sendo a mera enumeração dos deputados que responderam à chamada insuficiente para dar cumprimento às regras regimentais, a nossa interpelação ia no sentido de V. Ex.ª dar indicações aos serviços para que fosse rectificada a votação com a indicação precisa do sentido de voto de cada Sr. Deputado em relação à votação da proposta de lei n.º 71/III, nos termos e para os efeitos do artigo 125.º do Regimento da Assembleia da República.

Esta é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira parte da interpelação que dirigimos à mesa.

A segunda parte tem também a ver com o *Diário da Assembleia da República*, 1.ª série, n.º 145, uma vez que desse *Diário* não consta uma declaração de voto que eu próprio e um conjunto de deputados do PCP fizeram chegar à Mesa por escrito, nos termos regimentais, quanto à proposta de lei n.º 71/III. Assim, era também no sentido de obter de V. Ex.ª um esclarecimento sobre o que se passou com essa declaração de voto e para quando a sua publicação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, este assunto já tinha sido levado ao conhecimento da presidência. Na

altura, pedi uma informação aos serviços e estes reconheceram que tinha havido um lapso na elaboração do *Diário*. Assim, eu despachei no sentido de que se fizesse um suplemento ao *Diário* com a indicação do voto de cada um dos Srs. Deputados que intervieram na votação, pelo que irá ser publicado. Primeiro pensou-se em substituir o *Diário* todo, mas, como isso acarretava uma enorme despesa, optou-se pelo suplemento, pelo que, com a publicação deste, creio que o assunto fica inteiramente resolvido.

Quanto à declaração de voto, não tinha conhecimento do facto. Vou assim ver do que se trata e, possivelmente, farei com que seja inserida também nesse suplemento.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Quanto ao esclarecimento que V. Ex.ª nos prestou sobre a rectificação a introduzir em suplemento ao *Diário da Assembleia da República*, nós não temos qualquer objecção. Não quisemos foi deixar de colocar a questão e creio que, para o futuro, se deverão dar indicações precisas para que incidentes como os que ocorreram não se voltem a repetir.

Quanto à declaração de voto, aguardaremos as explicações de V. Ex.ª Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, essas indicações foram já dadas.

Pausa.

Srs. Deputados, informaram-me agora que esta rectificação e a declaração de voto foram já publicadas no *Diário*, n.º 150, que ainda não está para aprovação.

Assim, penso que se poderá aprovar o *Diário*, n.º 145, como está e depois se aprovará o *Diário*, n.º 150.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca pediu a palavra para que efeito?

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, tinha pedido a palavra para uma interpelação que era no mesmo sentido da interpelação do Sr. Deputado Jorge Lemos, pelo que, face às explicações de V. Ex.ª, não se afigura necessária.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão então em aprovação os *Diários* há pouco referidos.

Pausa.

Como não há oposição, consideram-se aprovados.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte:

Expediente

De moradores em Sebolido, manifestando o seu desagrado face ao anunciado aumento, a partir de Outubro, da tarifa de energia eléctrica para fins agrícolas.

Ofícios

Da Associação Regional dos Industriais da Construção e Obras Públicas do Distrito de Leiria, alertando para a calamitosa situação em que se encontra já a maioria das empresas de construção civil e obras públicas daquele distrito, baseado num inquérito efectuado recentemente às empresas associadas.

Da Câmara Municipal de Fafe remetendo fotocópia de um documento que expressa a sua opinião sobre as recentes tomadas de posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que considera não poderem de forma nenhuma vincular as câmaras deste país.

Da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia a remeter uma moção na qual recomenda à Assembleia da República que no mais curto espaço de tempo discuta e aprove legislação que, definindo âmbitos, capacidades e limites das rádios locais, permita a sua legalização.

Da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho a enviar uma moção na qual manifesta a sua discordância relativamente ao projecto de decreto-lei sobre a tutela administrativa, solicitando o envio do referido projecto a todos os municípios para análise e discussão.

Telex

Das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Lisnave repudiando a atitude da televisão de não estar presente no Pavilhão dos Desportos a fazer a cobertura do comício realizado pela CGTP — IN pela passagem do seu 14.º aniversário.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário vai proceder à leitura de requerimentos apresentados e de respostas a alguns outros.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Foram apresentados na Mesa nas últimas reuniões plenárias os seguintes requerimentos: reunião do dia 2 de Outubro de 1984: — ao Governo (2), formulados pelo Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca; ao Ministério da Justiça, formulados pelos Srs. Deputados Ricardo de Barros, Avelino Rodrigues e Reinaldo Gomes; ao Ministério da Cultura, formulado pelos Srs. Deputados José Manuel Mendes, Jorge Lemos e José Magalhães.

Reunião do dia 3 de Outubro de 1984: — ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Carlos Espadinha e Margarida Tengarrinha; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Laranjeira Vaz; ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, formulado pelo Sr. Deputado Ramalho Cosme e outros; aos Ministérios da Justiça e da Educação (4), formulados pelos Srs. Deputados Paulo Areosa e Jorge Patrício; à RTP e RDP, formulado pelo Sr. Deputado Marques Mendes.

Reunião do dia 4 de Outubro de 1984: — ao Ministério da Justiça, formulado pelos Srs. Deputados José Magalhães e José Manuel Mendes.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Magalhães Mota, nas sessões de 7 de Fevereiro e 18 de Julho; Silvino Sequeira, na sessão de 4 de Maio; Jaime Ramos e outros, na sessão de 25 de Maio; Almeida Eliseu, na sessão de 14 de Junho; Jorge Patrício e Georgete Ferreira, na sessão de 26 de Junho; António Mota, na

sessão de 18 de Julho; António Gonzalez e Fernando Costa, na sessão de 24 de Julho, respectivamente; Santos Correia, na sessão de 25 de Julho; Pereira de Sousa, na sessão de 26 de Julho.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Fernando Amaral.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado João Abrantes.

O Sr. João Abrantes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em menos de 1 ano os bombeiros portugueses estiveram empenhados em duas importantes missões: as cheias de 1983 e os fogos florestais do Verão de 1984.

A Assembleia da República não pode deixar de se preocupar com as consequências destas ocorrências e tentar por todos os meios ao seu alcance colmatar os seus efeitos, colhendo junto das suas organizações as sugestões e ensinamentos que lhe permitam legislar com correcção.

A este propósito refira-se que terminou em 30 de Setembro último o XXVI Congresso Nacional dos Bombeiros Portugueses, que decorreu na cidade de Viana do Castelo.

Durante quase uma semana, centenas de delegados das cerca de 500 corporações de bombeiros, numa grande jornada de convívio e trabalho, analisaram e debateram as causas das suas preocupações.

Diversos estudos realizados apontaram a necessidade da vigilância, prevenção, detecção e segurança do combate a incêndios, com especial relevo para os fogos florestais, a necessidade de medidas de segurança no transporte de mercadorias perigosas e nos edifícios de grande altitude; analisou-se mesmo a possibilidade de confronto com acidentes nucleares que adviriam da presença de submarinos nucleares americanos em portos portugueses.

Especial atenção mereceram as questões económico-financeiras. Muitas das corporações estão ameaçadas de ruptura, pelo não pagamento dos subsídios de combustíveis, a não actualização do preço do quilómetro a pagar pelas estruturas do Estado na utilização de ambulâncias, o não cumprimento dos acordos com os Serviços Médico-Sociais dos transportes de sinistrados em ambulância da responsabilidade dos mesmos.

A grande maioria destes problemas arrasta-se já há vários anos e não só foram objecto de tratamento em anteriores congressos como foram apresentados às entidades tutelares. Daí que logo de início se tenha afirmado claramente estar ali para obter respostas concretas e não promessas demagógicas para as inúmeras deliberações e conclusões de anteriores congressos.

Pensando travar as justas críticas, o Ministro da Administração Interna lá foi dizendo que estava desbloqueada uma verba para pagar os combustíveis do 1.º semestre de 1984 e, tirando mais um trunfo da bagagem, prometeu mandar inscrever 350 mil contos no Orçamento de Estado para 1985 para distribuir aos bombeiros, através do Serviço Nacional de Bombeiros.

Da proposta de Orçamento para o próximo ano tiraremos as necessárias ilações!

Concluiu-se pela exigência da viabilização económico-financeira das corporações de bombeiros com a criação da linha de crédito a juro bonificado para renovação de equipamento, a isenção de imposto de

transacção na aquisição de material, o pagamento atempado dos combustíveis, a actualização do preço do quilómetro a pagar pelos Serviços Médico-Sociais em transportes da sua responsabilidade e o cumprimento dos acordos estabelecidos com essa entidade, bem como a obrigatoriedade de inscrição no OGE das transferências de verbas para as autarquias, provenientes do imposto de incêndios e a sua repartição equitativa para as corporações de voluntários e municípios da área.

Reclama-se a criação de uma Escola Nacional de Bombeiros e a inscrição de verbas para a sua concretização já no OGE de 1985.

Mas, sem dúvida, a mais importante resolução deste Congresso é a recusa frontal à tutela governamental imposta pela Lei de Segurança Interna, a rejeição da integração numa só lei dos conceitos e regulamentação de segurança interna e protecção civil. O Congresso criticou as intenções do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) e do MAI, ao mesmo tempo que acusa o Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) de certo conformismo e conclui que, passo a citar, «enquanto associações civis livres de carácter associativo devem manter a sua autonomia, recusando assim a tutela de organismos que não sejam escolhidos pelos próprios».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Esta conclusão deve ser devidamente ponderada e apreciada na Assembleia da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tanto mais que as tentativas de envolvimento das corporações de bombeiros em tarefas do âmbito da NATO é um dos objectivos claros do Governo, patente no Decreto-Lei n.º 279/84, de 13 de Agosto, ao criar, na dependência do Primeiro-Ministro, o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

A tranquilidade e a segurança das populações e seus haveres dependem, em grande parte, do realismo com que o Governo venha a dar resposta às petições dos bombeiros, dotando-os dos meios que melhorem a natureza e a qualidade do seu trabalho.

E é assim para o Verão e para o Inverno! Na opinião de um conceituado técnico, os fogos florestais apagam-se no Inverno e as catástrofes não se solucionam com as boas intenções dos governantes, em cruzadas pomposas de distribuição de migalhas a quem fica reduzido à miséria.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ninguém pode estar tranquilo quando a realidade de tanta carência se responde com promessas, que a seguir se esquecem porque no Inverno não há fogos, enquanto não se tomam as necessárias medidas.

Os governos, este Governo, não podem empurrar as suas responsabilidades para as autarquias locais, que, como é conhecido, têm tido um papel exemplar no apoio às corporações de bombeiros, na participação de construção de sedes, na compra de autotanques, de ambulâncias, etc.

Há inúmeras cartas em que o Governo responde aos bombeiros dizendo-lhes que peçam dinheiro às câmaras porque é a sua responsabilidade.

É o passar da brasa a arder!

Atentem-se nestas duas afirmações de responsáveis do Governo para melhor compreender as razões das nossas preocupações:

«A Polícia Judiciária é que vai pôr cobro aos incêndios», Ministro da Administração Interna;
«Os incêndios florestais decrescem com a acção do PS no Governo», Secretário de Estado das Florestas.

Risos do deputado José Manuel Mendes (PCP).

Saberão estes dois esclarecidos membros do Executivo, já não digo por que ardem as florestas, mas ao menos o que é uma mata no nosso país?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Bem perguntado!

O Orador: — Saberão que os factores climáticos, a cobertura florestal e a própria estrutura da exploração florestal são factores que condicionam a ocorrência de grandes incêndios?

Expliquemos então para que de futuro não se oiçam mais estas barbaridades.

No nosso país o Verão coincide com o período de ausência de chuvas e, logo, temos as condições ideais para a ocorrência de fogos florestais.

As nossas matas caracterizam-se por grandes manchas concentradas de coníferas (pinheiros, sobretudo) que são altamente combustíveis. Não havendo interrupção dessas manchas por outro tipo de espécies (as folhosas são menos combustíveis) ou por campos cultivados o fogo, uma vez iniciado, desenvolve-se continuamente.

Ainda ligado a factores sócio-económicos e culturais, o êxodo das populações com a emigração e a diminuição dos rebanhos de gado em pastoreio faz com que as matas não sejam limpas e que as camadas de *humus* se acumulem sucessivamente.

Finalmente, a estrutura da exploração florestal é em 97 % propriedade privada e caracteristicamente minifundiária com uma pulverização por milhares e milhares de pequenos produtores que, isoladamente, não têm possibilidade de se defender contra os incêndios e as mais das vezes vive longe da sua exploração.

Refira-se aqui que os incêndios nas matas do Estado (apenas 3 % do total florestal) ardem menos por possuírem condições de limpeza, aceiros e acessos aceitáveis. Igualmente, em comunidades onde existem baldios explorados e usufruídos através dos seus órgãos eleitos, é sensível a diminuição da ocorrência de fogos, devido ao interesse e vigilância postos pelas populações na sua salvaguarda.

Esta última conclusão foi ontem ilustrada com inúmeros exemplos na Conferência dos Baldios do Norte e Centro em Viseu à qual tive a oportunidade de assistir, e que daqui saúdo pela jornada exemplar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Para além de mais detalhes que referiremos em ocasião futura, deixa-se para reflexão aos Srs. Deputados uma passagem da intervenção do juiz conselheiro Aníbal Ribeiro, filho de Aquilino Ribeiro, a propósito dos recentes projectos de lei que visam alterar as actuais

Leis n.ºs 39/76 e 40/76, conhecidas por Leis dos Baldios: «Como é possível que deputados eleitos pelo povo possam fazer leis contra os direitos desse mesmo povo?»

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É uma vergonha!

O Orador: — Por outro lado, as causas que provocam os incêndios nada têm a ver com estes factores, mas o Sr. Ministro Eduardo Pereira mete tudo no mesmo saco.

Mesmo assim, convirá saber pelas estatísticas oficiais, investigações da PJ e observações da Direcção-Geral de Florestas (DGF) as causas apuradas como de origem criminosa são apenas de 3 % do total de incêndios.

É evidente que estes números podem ser muito mais elevados do que os apurados e a perseguição e punição dos criminosos deve ser ainda mais apertada, mas é grave que o Governo empole este aspecto das causas dos incêndios encapotando, assim, a sua incompetência na tomada das medidas urgentes para a protecção da nossa floresta e da compensação às vítimas dos sinistros.

De fogos ficamos falados!

Mas, como referimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as preocupações com este Governo são tanto no Verão como no Inverno.

A não resolução dos problemas das cheias de Novembro de 1983 que o PCP já abordou na Comissão Permanente e a leviandade com que o Governo extinguiu a comissão coordenadora das acções relativas aos efeitos dos temporais de Novembro de 1983 são disso um triste exemplo.

Enquanto as autarquias aguardam a resolução dos efeitos da catástrofe e a segurança das suas populações frente a novas ocorrências; enquanto agricultores, comerciantes e industriais que perderam todos os seus haveres aguardam o refazer das suas vidas; enquanto dezenas de desalojados esperam pelas suas habitações, instalações e equipamentos e as corporações de bombeiros que empenhavam toda a sua solidariedade e amor ao próximo na luta para minorar as consequências não recebem os subsídios dos materiais que aplicaram na acção, o Governo faz ouvidos de mercador e deixa os problemas sem solução!

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com um quadro destes, que fez a Assembleia da República?

Chumbou um projecto de lei do PCP em 1980 (votos do PS, PSD e CDS) que procurava resolver toda a problemática da floresta, desde o estabelecimento de condições contrárias à deflagração e avanço do fogo, a coordenação e eficácia dos meios para o seu combate, em suma um melhor aproveitamento dos recursos naturais.

A Assembleia da República não fez, neste caso, como no das cheias, nem deixou fazer e os resultados estão à vista.

O PCP não deixará de voltar a colocar estas questões e os Srs. Deputados serão mais uma vez confrontados com as suas responsabilidades.

Aos bombeiros portugueses continuaremos a dar todo o apoio nas suas reivindicações que concretizaremos em sede própria.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção estava inscrito o Sr. Deputado Malato Correia. Não o vejo, porém, presente no hemiciclo, pelo que darei a palavra ao Sr. Deputado Hasse Ferreira.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É bem conhecida a posição da UEDS sobre o terrorismo em geral e sobre as acções armadas em regime democrático, posição, aliás, reafirmada com clareza no próprio debate parlamentar sobre a Lei de Segurança Interna.

Tal facto não impede, antes reforça, a preocupação que temos com a estrita observância das regras legais e das condições prisionais, desde a detenção e instrução dos processos até ao termo do cumprimento de pena quando tal pena sobrevinha, preocupação, aliás, que não é apenas timbre da UEDS, mas de todos os sectores que poderíamos chamar de democratas praticantes e que tão largamente vemos representados nesta Assembleia.

Na passada quinta-feira fui contactado, através do Gabinete Parlamentar da UEDS, por elementos da denominada Comissão de Familiares dos Detidos do processo conhecido como das FP-25 de Abril, tendo sido então informado da gravidade da situação de um detido, o Sr. Júlio Lopes de Castro. Por diversas razões concernentes, designadamente, à assistência à sua companheira e à sua filha — actualmente na prisão das Mónicas —, bem como ao calendário de visitas de sua mulher, tinha iniciado uma greve de sede que a breve prazo o poderia levar à morte.

Tratava-se, pois, em meu entender, de uma questão urgente, que merecia atenção imediata, tendo eu manifestado à dita Comissão a minha disponibilidade para me deslocar a Caxias, preferivelmente com outros colegas deputados.

Tendo a colega Margarida Marques, do PS, manifestado idêntica disponibilidade, deslocámo-nos na sexta-feira, 5 de Outubro, ao Hospital Prisional de S. João de Deus, em Caxias, onde durante cerca de três horas e meia tivemos oportunidade de visitar não só o detido, Sr. Júlio Lopes de Castro, como diversos outros detidos, como ainda nos reunimos com o Sr. Director do Hospital Prisional de Caxias e ainda fizemos mais algumas diligências que referirei.

Fomos informados pelo Sr. Júlio Lopes de Castro das razões que o levaram a estar em greve da sede e que fariam com que nesta altura, dado ser cardíaco e ter diferentes problemas de saúde, estivesse numa situação grave. Não sabemos se estará ainda com vida...

Dada a gravidade da situação e tendo nós observado que algumas das condições diziam respeito à sua situação em termos do hospital prisional, falámos sobre isso com o director do hospital-prisão, que à nossa frente, após conversa que tivemos analisando a situação, reafirmou que as solicitações que o detido tinha — e que diziam essencialmente respeito ao calendário de visitas da sua mulher que está detida nas Mónicas com a filha do casal, de cerca de 20 meses de idade — estavam dentro da lei e dentro do que lhe parecia legítimo.

O Sr. Director teve a amabilidade de, à nossa frente, informar dois dos detidos dessas circunstâncias e

também se prontificou imediatamente a fazer diligências que permitissem a satisfação das outras razões exteriores ao Hospital Prisional de S. João de Deus que levaram o detido a entrar em greve da sede.

Tendo o Sr. Director feito essas diligências e tendo nós também manifestado que estaríamos interessados e empenhados em trazer a esta Assembleia, designadamente à sua Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, e fazer as outras diligências necessárias para os aspectos referentes, designadamente, a assistência médica à mulher e à filha do detido, que bastante o preocupavam, o Sr. Júlio Lopes de Castro fez-nos depois comunicar que interrompia a sua greve de sede no próprio dia.

Ulteriormente, e em contactos que já hoje tive com o Sr. Director do Hospital Prisional de Caxias, fomos informados de que, na sequência de diversas diligências feitas por esse Sr. Director — que levaram a que um médico do Hospital Prisional de Caxias se deslocasse às Mónicas para examinar as condições de assistência em que estava a companheira do Sr. Júlio de Castro —, este tinha terminado a greve da sede.

Interessa-nos referir, para além disto, que esta visita feita por mim e pela colega Margarida Marques efectuou-se porque pensámos ser algo muito rápido e que não se compadecia com a lentidão da convocação de uma comissão parlamentar, que poderia ser posta perante um facto consumado, a manter-se a atitude do detido. Pensamos que essa comissão parlamentar — que poderia ser, por exemplo, a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias —, pela forma que os colegas entenderem conveniente, poderia debruçar-se sobre o problema mais amplo da greve da fome que os presos fazem. O objectivo da greve da fome era, segundo nos informaram, apenas pelo respeito da regulamentação e da legislação prisional, que segundo eles não está efectivamente a ser observada, segundo pontos detalhados que estaremos dispostos a fornecer e documentos que foram enviados à Mesa da Assembleia da República.

Dada a gravidade da situação e para nossa tranquilidade pessoal e moral, deslocámo-nos no próprio domingo, após diligências frustradas em contactar o director da prisão, à prisão das Mónicas. Aí aconteceram várias coisas: à hora de visita, esta foi-nos recusada, demoraram algum tempo a clarificar-nos quem dirigia a prisão, houve uma guarda que disse: «Posso ser eu», tendo depois recusado identificar-se. Após estarmos cerca de hora e meia nas Mónicas, falámos com um primeiro-subchefe, que nos disse ter instruções para não permitir, naquelas condições, visitas de deputados. Aliás, a mesma guarda disse que, tratando-se de presos especiais, não estávamos autorizados a visitá-los.

Não tendo sido possível — aliás, no seguimento de diligências já feitas na própria sexta-feira pelo Sr. Director do Hospital Prisional de Caxias — encontrar nenhum dos responsáveis mais elevados das prisões ou dos serviços prisionais, eu e a Sr.^a Deputada Margarida Marques oficiámos hoje mesmo ao director-geral dos Serviços Prisionais, por um lado, e dar-lhe parte do que aconteceu e a comunicar que gostaríamos que fossem levantados os obstáculos à nossa visita, e, por outro lado, apresentámos ao Sr. Ministro da Justiça um requerimento solicitando clarificações sobre as instruções que têm os estabelecimentos prisionais no que concerne à visita dos deputados.

Para terminar, direi que obviamente nos moveu um propósito, por um lado, humanitário, por outro, um propósito de como deputados nos assegurarmos se as condições existentes nas nossas prisões estão ou não a obedecer às normas legais e regulamentares. Pessoalmente, posso dizer-vos ter ficado convencido que tal se verificava no Hospital Prisional de Caxias. Nas Mónicas não pude ficar convencido de nada porque, embora sendo hora de visita, não foi possível entrarmos. Espero que oportunamente tal facto seja possível.

No que se refere à greve da fome, penso que tem como objectivo uma exigência de satisfação da legislação e dos regulamentos prisionais e creio ser um assunto que merece a atenção urgente da comissão competente desta Assembleia, até porque, segundo informação telefónica do Sr. Director do Hospital Prisional de Caxias, um outro detido iniciaria hoje uma greve da sede para apoio dessa greve da fome.

De qualquer forma, esta greve da sede que se estava a verificar tinha a ver com diligências já feitas do referido detido por estarem a ser criadas condições suplementares de punição a um detido não julgado, quais fossem, o não poder ver a mulher por variados motivos, desde por não haver escolta, por haver dificuldades, desde uma pena que lhe tinha sido aplicada tendo como consequência não poder ver a mulher.

Superados estes factos, que nos parecia importante resolver em relação a este detido, resta o problema de fundo das condições prisionais. Quanto ao processo, não me pronuncio nem temos de nos pronunciar. É um assunto diverso, corre pelos tribunais. Noutra altura, e não misturando com este, poderemos efectivamente emitir qualquer juízo.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Margarida Marques pediu a palavra para um pedido de esclarecimento. V. Ex.^a irá desculpar que me intrometa na gestão do tempo que compete ao PS, mas há uma inscrição para uma intervenção do Sr. Deputado Agostinho Domingues e gostaria de avisar V. Ex.^a de que o tempo pode, porventura, prejudicar a intervenção desse Sr. Deputado.

Por outro lado, o Sr. Deputado da UEDS dispõe apenas de um minuto para a resposta.

Dentro destas limitações, se V. Ex.^a quiser usar da palavra, faça o favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Margarida Marques (PS): — Tive oportunidade de, na passada sexta-feira, contactar com um dos presos do caso das FP-25 que estava em greve de sede. Como todos os colegas sabem, a greve de sede é muito mais galopante que a greve da fome e poderia levar à morte do detido ainda durante este fim-de-semana.

A questão fundamental que gostaria de levantar diz respeito à necessidade de a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias poder acompanhar a situação não só destes detidos, mas de todos os outros, e a forma como o diploma da reforma prisional está ou não a ser aplicado nas cadeias.

Mas gostaria, sobretudo, de denunciar uma situação que me parece extremamente grave: a companheira deste detido, que se encontra acompanhada de uma criança de 20 meses, está numa extrema debilidade física, com desmaios, ficando sozinha na cela desmaiada

com a sua filha, que tem 20 meses e que, aliás, já foi vítima de uma queda ao longo deste período.

Há, pois, que tomar diligências no sentido de estas situações, quer neste caso quer noutros, não se verificarem nas cadeias portuguesas.

O Sr. Presidente: — Para resposta, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Margarida Marques: Penso que seria importante que a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias diligenciasse no sentido de verificar as condições em que está a ser aplicada a legislação da reforma prisional.

Estou com curiosidade e interesse, já que verificámos no Hospital Prisional de S. João de Deus, em ver se noutros estabelecimentos prisionais se verificam ou não essas condições, tanto mais que os detidos que se encontram em greve da fome fazem-no não para verem aplicada a eles a legislação prisional — pois em geral não têm queixas de monta em relação ao regime do hospital-prisão —, mas sim em relação aos outros detidos, que, como disseram, não querem um tratamento de privilégio em relação aos presos deste processo, mas sim o mesmo tratamento que têm os outros detidos, contrariamente ao que fomos informados nas Mónicas por uma guarda que nos disse que se tratava de detidas especiais e, portanto, não as podíamos ver.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Malato Correia.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Em 1980, nesta mesma Câmara, chamei a atenção para a necessidade da elaboração de uma nova lei da caça, assunto cuja solução exigia a maior urgência. Porém, 4 anos depois, a ausência de legislação adequada mantém-se e a situação, já preocupante há tanto tempo, apresenta-se hoje em tal estado de degradação que serão necessários vários anos para se sair do estado caótico a que se chegou.

Pensarão alguns que isto não passa dum assunto específico dos caçadores e que, por isso, só a eles interessa. Nada mais errado: os animais susceptíveis de serem caçados constituem um património cinegético, verdadeiro património nacional renovável, que, já por isso mesmo, se torna imperioso defender. Além disso, são do maior interesse para a manutenção dos equilíbrios biológico e ecológico, podendo, também, e devendo constituir uma parte de receita para o País e para quem, de algum modo, interfere com o seu ciclo biológico.

Pelas razões expostas se pode concluir que esta matéria interessa a todos, mas todos os Portugueses.

Deve, no entanto, reconhecer-se que a lei da caça tem sido um assunto polémico, porque muitos confundem uma verdadeira «lei da caça» com uma «lei do caçador», com a finalidade exclusiva de defender os seus direitos e interesses.

É bom deixar claro que esta lei deve ter objectivos bem diferentes e de natureza muito mais ampla, que vão desde o fomento e conservação das espécies cinegéticas até à gestão da sua existência, que permita

um equilíbrio ecológico, contendo, obviamente, um capítulo que se destine à legislação do exercício da caça. Torna-se, porém, evidente que esse exercício só pode verificar-se tendo como pressuposto uma restante legislação suficientemente realista para permitir obter um excedente de espécies cinegéticas passíveis de serem caçadas. E ou alguns dos caçadores que põem em causa o bom nome da maioria deles mudam a sua mentalidade de predador e percebem que o exercício da caça é um desporto sujeito a regras que permitem matar, por um lado, mas obrigam a zelar pela conservação das espécies, por outro, ou dentro de 1 ou 2 anos consumir-se-á o extermínio dos poucos exemplares que hoje ainda teimam em existir.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esta pequena intervenção que aqui vos trago não pretende, para já, constituir a discussão da própria lei da caça, embora eu com outros colegas de bancada já tivéssemos feito entrar na Mesa da Assembleia da República, em Junho passado, um projecto de lei que aguarda, naturalmente, o seu agendamento.

Sem entrar em pormenores, apenas refiro que ele assenta nalgumas bases, que considero indispensáveis:

- a) Criação de um sistema que vise transformar em aliados o agricultor e o caçador, em benefício mútuo, tornando-os, um pelo interesse económico e o outro pela paixão à caça, em permanentes zeladores desta;
- b) O reconhecimento de que o Estado não pode nem deve sozinho gerir todo o património cinegético;
- c) O aproveitamento de várias e extensas áreas onde a exploração dos recursos cinegéticos será a via mais valiosa de rentabilizar o uso da terra ou poderá constituir um acréscimo à rentabilidade conseguida;
- d) A captação de divisas estrangeiras e a desmotivação da sua saída para Espanha, onde hoje vão caçar regularmente grande número de portugueses;
- e) Uma fiscalização qualitativa e quantitativamente eficaz e uma pronta penalização pelas infracções cometidas.

Mas, como atrás referi, quando o agendamento do referido projecto de lei se processar haverá oportunidade de debater o assunto como ele merece.

Esta intervenção surge aqui e agora porque ainda não se iniciou a época venatória e já se abatem centenas de coelhos, lebres e até perdizes.

Se tenho o maior respeito pelos verdadeiros caçadores, não posso admitir que ainda existam leis que permitam e até facilitem o crescente número daqueles que impunemente cometem os maiores crimes e atrocidades.

Conheço casos concretos em que cordões de caçadores abatam porcos, bezerros, borregos, etc. Nalguns casos soube que transportaram os animais abatidos, noutros casos abandonaram-nos — eu próprio os vi já em estado de decomposição.

Infelizmente são muitos destes pseudocaçadores que levantam a voz, demagogicamente, em defesa de princípios comprovadamente ultrapassados e surrealistas,

para impedir que, na caça, existam leis próprias de um estado de direito que faça abortar a prática criminosa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Repito: esta intervenção tem a preocupação de constituir um apelo à consciência de todos os caçadores que se preparam já para a próxima época venatória e, ao mesmo tempo, pretende constituir uma chamada de atenção para esta Câmara sentir a necessidade de urgentemente se debruçar sobre a lei da caça.

O País exigia-a, os verdadeiros caçadores merecem-na e os políticos não podem abdicar das suas responsabilidades.

Aplausos do PSD e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Sr. Presidente, desejava formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Malato Correia.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vidigal Amaro, informam-me os Srs. Secretários da Mesa de que V. Ex.^a não dispõe de tempo para intervir, porque já foi despendido pela intervenção feita pelo PCP.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Nesse caso, Sr. Presidente, solicito à Mesa que considere a minha inscrição para o período de antes da ordem do dia numa próxima reunião.

O Sr. Presidente: — Fica inscrito, Sr. Deputado. Para um pedido de esclarecimento relativo à intervenção do Sr. Deputado Malato Correia, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, como entendo que o problema da caça diz respeito a todos os Portugueses, dentro do nosso tempo dou o tempo necessário ao Sr. Deputado Vidigal Amaro para pôr a questão que queria.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro, por concessão do Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Agradeço ao Sr. Deputado Soares Cruz o tempo que me dá e a disponibilidade que me permite para intervir sobre este assunto.

É que o problema da caça é nesta altura um problema nacional.

Há muitos milhares de portugueses que fazem da caça o seu desporto e o seu *hobby*, podendo nesta altura mesmo dizer-se que é o único que eles têm. E, mais do que isso, tiram dela também proveito.

Posso dizer, uma vez que vivo numa região onde a caça ainda abundava, embora já não abunde, que hoje há muita gente que se encontra no desemprego e para quem a caça constitui ainda um meio de angariar alguns fundos para poder manter a família.

É evidente que isso não é justificação para a infracção que se pratica.

O Sr. Deputado disse que as leis permitem, mas elas não o fazem. Não é permitido, por exemplo, nesta altura, hoje ou amanhã que são dias de caça, abater perdizes e lebres.

O problema é de fiscalização. Hoje em dia existem as chamadas reservas de caça, onde não se pode abater qualquer espécie cinegética. O problema está no facto de não existir fiscalização.

Antigamente, antes do 25 de Abril, quando praticamente todo o território era coutado, bastava pôr um pé dentro de uma coutada para aparecer um guarda para multar quem lá entrava, retirar as espingardas, levar ao posto de polícia onde se ficava detido e para levar a tribunal.

O que se passa hoje é que nas reservas, que são nacionais, que são de todos os Portugueses, essa fiscalização não existe, podendo os infractores de norte a sul do País caçar todo o ano.

Este ano, por exemplo, proibiu-se o abate das lebres. Quem vem beneficiar com essa proibição? As lebres vão continuar a ser abatidas, só que os caçadores honestos não o fazem, enquanto que os infractores continuam a fazê-lo. Repito que o problema é de fiscalização e de comercialização. Como uma perdiz hoje custa entre 800\$ a 1000\$ e uma lebre 1500\$, uma pessoa que se encontre sem trabalho vai evidentemente abater essa peça de caça para vender.

Em qualquer restaurante de Lisboa vendem-se perdizes, coelhos e lebres todo o ano, não havendo nelas limite cinegético, nem para se poder comer caça.

Os problemas da fiscalização e da comercialização é que importam. Não basta proibir; é necessário educar, dar garantias absolutas de que, em determinados sítios aquela caça é de todos e não só de alguns.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Malato Correia: Quero em primeiro lugar cumprimentá-lo pela sua intervenção, porque a acho sumamente oportuna. Não posso, no entanto, deixar de lhe fazer aqui uma crítica, porque não entendo como é que V. Ex.^a, fazendo parte de um partido que apoia o Governo, esperou tanto tempo para levantar a sua voz reclamante, a qual merece o meu apoio, e não o fez há bem mais tempo, em sede própria, junto da área em que julgo ter V. Ex.^a influência. Isto para que esta situação, que tem prejudicado não só o País como os caçadores e até mesmo a exploração da caça, se torne um meio de entrada de divisas e não, antes, uma forma de elas saírem.

Para além de umas poucas questões que queria pôr, gostaria ainda de me referir, numa atitude preambular, àquilo que disse o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O facto de aparecer caça durante todo o ano em Lisboa, Sr. Deputado, não quer dizer que ela seja caçada durante todo o ano. Lembrava-lhe que há ainda em Lisboa balcões e câmaras frigoríficas e também caça que é produzida em cativeiro. É até uma atitude que temos de louvar esta de haver alguns agricultores que têm oportunidade de fazer caça em cativeiro, podendo assim tirar mais um aproveitamento, que não só o outro, das suas terras.

Punha-lhe agora, Sr. Deputado Malato Correia, duas ou três questões muito breves.

Entende V. Ex.^a que a nova lei consegue dar condições à exploração da caça portuguesa em termos de os caçadores não sentirem necessidade de ir caçar a Espanha por terem eventualmente os níveis cinegéticos em condições? Pensa que a lei, que V. Ex.^a defende, reúne condições para isso?

Há, por outro lado, um aspecto não menos importante que tem a ver com a fiscalização da caça e que, para mim, nada tem a ver com a nova lei da caça. De facto, o que há é a necessidade de os serviços competentes dobrarem os serviços de fiscalização de uma forma eficiente e, por outro lado, de promoverem a formação dos agentes fiscais, isto é, dos guardas de caça, que não têm hoje o mínimo de preparação para poderem fazer face às missões que se lhes pedem.

Pergunto-lhe, portanto, para terminar, se entende que, para que essa fiscalização seja feita de uma forma eficiente, é necessário que surja a lei da caça.

É evidente que no enquadramento da nova lei isso seria mais natural, mais útil e eventualmente mais conseguido. Mas pergunto se não seria possível que os serviços competentes tivessem já feito isso de uma forma atempada.

O Sr. Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Deputado Malato Correia.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Vidigal Amaro: O Sr. Deputado tocou dois pontos que parecendo diferentes são perfeitamente complementares.

Estou de acordo consigo em que a falta de fiscalização permite os atropelos que aqui referi e que o colega e amigo também já referiu, mas isso está intimamente relacionado com dois pontos: por um lado, com o meio de sustentação de alguns portugueses e, por outro, com o problema da comercialização.

Com a lei existente, por muito que se fiscalize é impossível mantermos as espécies cinegéticas em número suficiente.

Esta lei obriga à criação de reservas que podem estar fechadas ao exercício da caça durante 2 ou 3 anos. Mas no ano em que abrem, ao fim de 3 ou 2 não têm uma peça de caça lá dentro.

Existem assim poucas possibilidades de manter os efectivos cinegéticos em condições. Em segundo lugar, penso que, embora a caça seja um desporto, pode e deve, como referi na intervenção, constituir também um suporte económico quer para o agricultor, que acaba por ser o «pesbor» das espécies cinegéticas que vão ser caçadas, como do próprio caçador. Mas é evidente que, com o nível quantitativo das espécies existentes no nosso país, é impossível alguém viver da caça, mesmo que venda uma peça por 1000\$. Isto porque é preciso andar 1, 2 ou 3 dias para encontrar um peça de caça para abater.

Se houver uma lei de caça que permita o aumento dos efectivos através de uma gestão adequada, de um fomento e de uma conservação que se exigem, é possível que os caçadores venham efectivamente a ganhar com isso. E vou dar-lhe o exemplo da Roménia, que faz neste momento milhares de contos que exporta para alguns países, como é o caso da França. Isto é possível porque a Roménia abdicou de princípios possivelmente ideológicos, que estarão

subjacentes no espírito de alguém, tendo resolvido criar coutos comunitários e associativos onde os caçadores estão interessados no fomento da caça. Eles sabem que esta é hoje extraordinariamente rentável, quer seja em Portugal quer seja em qualquer país do Mundo, obtendo daí grandes rendimentos, como lucros para o seu agregado familiar e até para o país. Com certeza que isso se prehe depois com a comercialização, porque de facto a lei que existe não proíbe a venda da caça para vender, aparecendo depois por aí caça à venda nos diversos estabelecimentos comerciais de Lisboa e dos outros pontos do País. Até na estrada aparecem os caçadores com as peças penduradas para vender! . . .

Penso, portanto, que é uma medida que se impõe, embora não seja suficiente.

O Sr. Deputado Soares Cruz critica-me por só agora pôr este problema. Essa crítica parece-me, para já, não ser sequer pertinente, uma vez que em Junho o PSD apresentou um projecto da lei de caça na Assembleia. Por outro lado, de maneira nenhuma me queria constituir aqui como juiz de uma causa adiada. Isto porque já estivemos no Governo em 1980, já tivemos ministros do PSD na Agricultura, que o não fizeram, ministros do CDS que não fizeram sair uma lei da caça e de certeza absoluta que o ex-ministro Sr. Deputado Basílio Horta, aqui presente, reconhecia a necessidade da sua existência. Não estou a criticar, mas sim, unicamente, a constatar o facto de em 1984 não termos ainda essa lei. Já passaram todos os partidos pelo poder e o nosso, neste momento, também lá está.

Existe a necessidade urgente de uma lei da caça e foi esse o motivo por que a apresentámos. Tem sido quase um tabu poder discutir esse tema em plena Assembleia da República e daí o ter levantado agora o problema.

Penso que a fiscalização, Sr. Deputado Soares Cruz, é indispensável, mas parece-me francamente insuficiente e até desmotivador que se considere apenas uma parcela para resolver todo o problema.

Julgo que a fiscalização e a penalização devem estar de acordo com uma lei justa e equilibrada em que possa surgir, de facto, uma penalização na altura própria, mas com uma lei suficientemente capaz. Estou convencido de que a lei que fizemos entrar, depois de melhorada — porque eu reconheço que ela precisa de o ser, se os Srs. Deputados assim o entenderem, em comissão especializada —, fica uma lei perfeitamente equilibrada para dispensar que os caçadores tenham de ir caçar a Badajoz ou aos arredores de Espanha.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Agostinho Domingos está inscrito para uma intervenção, mas tenho dúvidas em conceder-lhe a palavra porque, segundo informação que recebi, seria substituído pelo Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Exacto, Sr. Presidente.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Soares Cruz (CDS): — É para formular um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Só que quer o Sr. Deputado Malato Correia quer o Sr. Deputado Vidigal Amaro não têm tempo para responder, a não ser que houvesse uma segunda concessão de tempo por parte do Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, obviamente vou valer-me da figura regimental do protesto para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Malato Correia. No entanto, se o Sr. Deputado Malato Correia entender responder-me, logicamente que porei à sua disposição o tempo que achar necessário para o contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Peço então desculpa ao Sr. Deputado Carlos Lage por esta demora, porque não nos apercebemos dos pedidos que haviam sido formulados para estes protestos.

Para formular um protesto, tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Deputado Malato Correia, o meu protesto tem o envolvimento que acabei de explicar ao Sr. Presidente e vai no sentido de fazer um comentário ao facto de ter referido que um ex-ministro, deputado da minha bancada, quando esteve no ministério, não fez publicar essa legislação.

Essa legislação esteve pronta, sobre ela foram feitas reuniões pelos deputados que então constituíam a maioria na Comissão Parlamentar de Agricultura, foi aduzida uma série de alterações julgadas por convenientes, mas depois, por culpa do Parlamento, nomeadamente por falta de tempo, julgou-se não ser útil discuti-la naquela altura. Poderia referir, mas não vou fazê-lo, as razões que levaram ao facto de não ter sido discutida, porque não interessa para a discussão, mas, no entanto, deixe-me dizer-lhe que estou ansioso por ver surgir em discussão a lei que agora patrocina, porque julgo — até por experiência que vem dessa época — haver algumas alterações que são de interesse provocar nesse tipo de proposta.

Há um outro aspecto que julgo ter interesse referir aqui — e faço-o de uma forma muito rápida; é que, efectivamente, a fiscalização depende muito do enquadramento geral da lei; no entanto, julgo não ser um mau passo que o aspecto da fiscalização seja já visto e que depois se faça esse enquadramento na lei geral.

O Sr. Presidente: — Por concessão de tempo da parte do Sr. Deputado Soares Cruz, tem a palavra o Sr. Deputado Malato Correia, para contraprotestar.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Deputado Soares Cruz, uso esta forma regimental para poder responder a V. Ex.^a, agradecendo-lhe a possibilidade que me deu de poder fazê-lo.

De facto, disse-lhe há bocadinho que não me queria constituir em juiz para aqui averiguar a quem cabiam as culpas de não estar uma lei cá fora. Falei do Sr. Deputado Basílio Horta como poderia falar

no deputado do meu partido que foi Ministro da Agricultura — o Sr. Cardoso e Cunha —, que também elaborou um projecto, mas que acabou por não ser agendado, nem discutido, nem posto em prática.

É que constato hoje com uma certa tristeza que toda a gente se debruça sobre o problema da caça mas que ainda ninguém o colocou. Daí que se algum mérito teve a apresentação do nosso projecto da lei sobre a caça foi exactamente o de despoletar a situação e de permitir que ela seja finalmente aqui discutida, isto se todos os grupos parlamentares estiverem de acordo em que seja discutida brevemente na Assembleia da República.

Mas aceitamos desde já todas as críticas que se possam fazer, e que acho que são justas. Eu próprio, neste momento, já faria críticas ao meu próprio projecto, que foi subscrito por outros deputados da minha bancada e espero que depois o Sr. Deputado possa também contribuir — validamente, como é hábito — para uma lei o mais lógica possível, que traga uma solução urgente para que em Portugal a lei da caça e a defesa dos recursos cinegéticos seja também uma realidade.

O Sr. Presidente: — Tal como referi há pouco, o Sr. Deputado Vidigal Amaro ficará com a palavra reservada para uma intervenção no período de antes da ordem do dia que se aproxima.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Prescindindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No período de dez minutos reservado ao PS, gostaria de fazer duas ou três notas sobre algumas questões aqui colocadas e levantar dois problemas do nosso quotidiano, que me parecem justificar uma palavra neste período de antes da ordem do dia da Assembleia da República.

Quanto aos problemas aqui focados, gostaria, em primeiro lugar, de me referir à intervenção do Sr. Deputado João Abrantes. O Sr. Deputado João Abrantes saudou a realização do XXVI Congresso Nacional dos Bombeiros. Associamo-nos a essa saudação. Consideramos justo que se dê aqui uma palavra de apreço, de estímulo e de agradecimento aos bombeiros portugueses e também concordamos que, para combater os incêndios que têm devastado o nosso país, florestas, matas e culturas durante o Verão, não basta a acção abnegada dos bombeiros.

É também necessário que o Estado aja por outras vias, e utilizando outros instrumentos. Naturalmente que a Polícia Judiciária tem um papel a desempenhar, como tem a Guarda Nacional Republicana! . . .

Permitam-me que, entre parênteses, refira que durante as minhas férias, passadas no Norte de Portugal, em quase todas as viagens que fiz, de vinte a trinta quilómetros — não mais —, sempre presenciei dois, três, quatro, cinco incêndios. Invariavelmente aconteciam incêndios ao longo das estradas, destruindo matas, eventualmente inúteis, mas destruindo também florestas de grande utilidade. Natu-

almente que esta destruição — e não só — tem implicações na economia nacional, atendendo não só às riquezas que são destruídas, mas também à erosão dos solos, que pode ser assustadora.

Dai as nossas palavras de compreensão para este assunto e de exigência ao Governo que tome medidas eficazes para que não nos fiquemos todos os anos por promessas, actos de contrição e projectos.

Mas já não posso estar de acordo no que diz respeito às questões que o Sr. Deputado João Abrantes levantou sobre a extinção da comissão de análise das cheias. Lembro-me de que o PCP contestou a criação dessa comissão, pois achava que a sua natureza não devia ser essa; devia ser uma comissão parlamentar, e não governamental.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não tem nada a ver com isso! Isso é deturpar o que se passou na Assembleia!

O Orador: — Creio que foi assim e, nestas circunstâncias, não me parece razoável que se esteja a contestar a extinção dessa Comissão, até porque as comissões devem ser extintas, e não permanecer ao longo do tempo.

Vozes do PCP: — Quando terminarem o mandato!

O Orador: — Mesmo que não o cumpram integralmente, desde que ultrapassem certo tempo elas devem ser extintas, para não ficarem de ano para ano muitas vezes a funcionar sobre si mesmas, sem se saber o que é que fazem ou quais os objectivos que cumprem.

Quero também saudar a intervenção do Sr. Deputado Malato Correia, que me parece ser uma intervenção importante, e manifestar disponibilidade do Grupo Parlamentar do PS para contribuir para a elaboração, a breve prazo, de uma lei da caça. Estamos interessados em defender não só os direitos dos caçadores, mas também os direitos das espécies cinegéticas que neste país correm o risco de desaparecer. Essa defesa da Natureza, que o Sr. Deputado Malato Correia salientou na sua intervenção, também nos preocupa.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Esta intervenção é um resumo do período de antes da ordem do dia.

O Orador: — Por conseguinte, Sr. Deputado Malato Correia, logo que queira agendar o seu projecto de lei estaremos disponíveis. E quero felicitá-lo pelo esforço que tem realizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero deixar de aproveitar este período de antes da ordem do dia para, como já disse, salientar duas ou três questões que, quanto a mim — e com certeza que os Srs. Deputados estarão de acordo comigo —, merecem aqui uma referência.

A primeira delas vai para a situação escandalosa que se vive no nosso país no que diz respeito à falsificação de vinhos do Porto. Tal como eu, os Srs. Deputados devem ter seguido pelos jornais o que se está a passar nessa matéria.

O Vinho do Porto é uma riqueza nacional que todos conhecem. Representa 13 milhões de contos de exportação e da exportação do Vinho do Porto de-

pendem dezenas de milhar dos nossos agricultores da Região do Douro. Neste momento, está a falsificar-se vinho em Espanha com o nome de Porto e já existe Porto australiano, Porto californiano, Porto holandês, Porto chinês — fabricado, segundo se diz, à base de arroz —, Porto soviético. Estas falsificações de vinho do Porto comprometem os nossos interesses, pelo que o Estado português tem que agir com rapidez e eficiência.

Não se compreende que, neste momento, o Instituto do Vinho do Porto, a quem compete em primeira mão tomar iniciativas, esteja totalmente paralisado e que há três anos não tenha uma direcção. Esta impotência e paralisia do Instituto do Vinho do Porto é deveras condenável, porque não só tem competência nesta matéria como as possui também em muitas outras áreas que dizem respeito à problemática do Vinho do Porto.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos de apoiar a expansão dos vinhos do Porto, melhorar a qualidade, proteger o pequeno e médio agricultor, porque esses são os autênticos produtores de vinho do Porto na região do Douro, e não nos podemos compadecer com hesitações, com indolências, com paralisias burocráticas. Fazemos daqui uma exigência para que o Instituto do Vinho do Porto seja dotado rapidamente de uma direcção, para que possa agir e para que, além disso, todos os departamentos governamentais defendam os nossos vinhos, coloquem acções contra os falsificadores e se faça um esforço nacional para defender a genuidade, as características e o valor dos nossos vinhos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma outra questão, que tem a ver com a problemática da corrupção e atribuição inadequada de subsídios, que também veio à tona de água nos últimos tempos e que não quero deixar de sublinhar nesta despretensiosa intervenção no período de antes da ordem do dia.

Sabemos que há um certo espírito destrutivo nacional, que conduz a uma crítica permanente e sistemática. Temos reservas a esse tipo de espírito e alguma prudência em não seguir sempre os rumores e boatos que são mais ou menos canalizados nessa propensão nacional, mas temos de atender a que muito do que se diz tem bases e tem de ser investigado. Não se pode passar em silêncio situações em que há suspeitas sobre a actuação de organismos governamentais, câmaras municipais e departamentos a quem compete utilizar bem os dinheiros nacionais, mas que parecem deixá-los em descaminho, muitas vezes ao sabor de compadrios e de toda a espécie de atitudes menos dignas e menos transparentes.

Pensamos que a luta contra a corrupção é uma exigência nacional; é um combate que o PS considera não se dever desfalecer e do qual não recuou. Pensamos que a luta contra a corrupção não tem cor política e que deve ser desencadeada a todos os níveis.

Aplausos do PS.

Devem ver-se os frutos de tal luta e muito esperamos ainda da Alta Autoridade Contra a Corrupção,

que não consideramos uma iniciativa retórica, nem qualquer expediente para esconder os acontecimentos. Pensamos que daí muito pode vir de positivo — e muito aguardamos.

Mas, neste momento, quero ir mais concretamente a outra questão, que é a atribuição de subsídios para a criação e manutenção de empregos.

Protestos do PCP.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Os inqueritos parlamentares estão aí à vossa espera!

Vozes do PS: — Ssss!

O Orador: — Sr. Deputado Jorge Lemos, se me é permitido responder a apartes, nunca o PS recusou a criação de comissões parlamentares de inquérito. Quando o PCP agora, no reatamento da sessão legislativa, colocar essas questões, apreciá-las-emos. Mas desde já lhe digo que a nossa atitude se mantém invariavelmente a de, quando há suspeitas, apoiarmos a criação de comissões parlamentares de inquérito. Por esse lado, o Sr. Deputado escusa de se mostrar tão exaltado, porque esta é a nossa atitude, calma e serena.

Quanto à questão que vinha tratando da má atribuição de subsídios à criação ou manutenção de postos de trabalho, não deixa de ser estranho que ultimamente se fala numa falsa cooperativa que recebeu um subsídio de doze mil contos — não existindo essa cooperativa, sendo um fantasma ou qualquer coisa que ninguém conhece — e que, no entanto, os doze mil contos tenham desaparecido. Este pode ser um pequeno caso rocambolesco, de um oportunismo aparentemente mesquinho, mas talvez seja afinal uma pequena amostra do muito que neste país provavelmente se está a perder em matéria de dinheiros estatais, de verbas do Orçamento do Estado mal atribuídas a pequenas e grandes empresas, que as desviam dos seus fins efectivos.

Exigimos — e o Governo tem que dar uma explicação à Assembleia da República — saber quais os critérios pelos quais são atribuídos esses subsídios e quais são realmente os fins económicos e as razões de natureza técnica pelas quais esses subsídios são atribuídos. Porque senão, legitimamente, começará a alastrar no cidadão a suspeita de considerar que o Estado é eminentemente corruptível e corruptor — e essa suspeita não pode ser admitida.

Exigimos das instituições democráticas transparência e o cidadão exige explicações para estes mistérios, que, aparentemente, vêm colocando uma sombra sobre o nosso quotidiano.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. João Abrantes (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pede a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Abrantes (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Lage. Contudo, como já não disponho de tempo regimental para tal efeito, ficarei inscrito para o próximo período de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

A Sr.^a Margarida Tengarrinha (PCP): — Sr. Presidente, também me desejo inscrever para o próximo período de antes da ordem do dia, para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Presidente: — Ficará inscrita, Sr.^a Deputada.

Peço aos presidentes dos grupos e agrupamentos parlamentares o favor de chamarem os Srs. Deputados para a Sala, visto que vamos entrar em processo de votações e não há quórum para tal efeito.

Pausa.

Srs. Deputados, enquanto esperamos que haja quórum para a votação, sugiro que entremos na discussão do artigo 76.º do Regimento, se não houver oposição por parte da Câmara.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, se me dá licença, gostaria de sugerir a hipótese de podermos antecipar o nosso intervalo regimental. Desse modo, creio que os grupos e agrupamentos parlamentares teriam oportunidade de tentar conseguir a presença de mais alguns deputados, sob pena de iniciarmos uma discussão — aliás, devo dizer que creio que o artigo 76.º nem levantará grandes problemas — e em seguida continuarmos a ser confrontados com a inexistência de quórum para votação.

O Sr. Presidente: — Há alguma objecção a esta proposta do Sr. Deputado Jorge Lemos?

Pausa.

Visto não haver oposição, vamos interromper os nossos trabalhos até às 17 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

Eram 16 horas e 55 minutos.

Após o intervalo, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Basílio Horta.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, após um quarto de hora de atraso sobre a hora marcada para o reinício dos nossos trabalhos ainda não se verifica a existência de quórum de votação.

Portanto, mais uma vez peço o favor de apelarmos aos Srs. Deputados para a sua presença no hemicíclo, a fim de reiniciarmos os nossos trabalhos.

Pausa.

Srs. Deputados, necessitamos de ter um quórum não apenas de funcionamento da sessão, mas também de votação.

Portanto, iremos esperar mais 10 minutos — o que significa mais meia hora sobre a hora de abertura dos nossos trabalhos — para que esse quórum de votação exista. Se passado esse tempo ainda não se verificar a existência de quórum necessário para a votação, encerrarei a sessão.

Eram 17 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ainda não há quórum de votação.

Como V. Ex.^{as} se recordam, a sessão foi interrompida por não haver quórum de votação, havendo a legítima expectativa de que depois do intervalo esse quórum se pudesse formar. No entanto, é volvida meia hora sobre o intervalo sem que esse quórum esteja formado.

Nesses termos, declaro encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 1 minuto.

Os Redactores: *Maria Leonor Ferreira — Carlos Pinto da Cruz.*

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Mário Martins Adegas.

Centro Democrático Social (CDS):

Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Alberto Rodrigues Ferreira Gamboa.
António da Costa.
António Domingues Azevedo.
António Frederico Vieira de Moura.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
Avelino Feleciano Martins Rodrigues.
Dinis Manuel Pedro Alves.
Eurico José Palheiros Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Henriques Lopes.
João Joaquim Gomes.
José de Almeida Valente.
José António Borja dos Reis Borges.
José Luís do Amaral Nunes.
José Luís Diogo Preza.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Maria Roque Lino.
Litério da Cruz Monteiro.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Filipe Santos Loureiro.
Maria do Céu Sousa Fernandes.
Maria Helena Valente Rosa.
Maria de Jesus Simões Barroso.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Nelson Pereira Ramos.
Ovidio Augusto Cordeiro.
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves.
Rui Monteiro Picciochi.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Roleira Marinho.
Cecília Pita Catarino.
Francisco Antunes da Silva.
Gaspar de Castro Pacheco.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João Pedro de Barros.
Joaquim dos Santos Pereira Costa.
José Ângelo Ferreira Correia.
José António Valério do Couto.
José Bento Gonçalves.
José Mário de Lemos Damião.
José Pereira Lopes.
José Vargas Bulcão.
Manuel António Araújo dos Santos.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Pereira Martins.
Marília Dulce Coelho Pires Raimundo.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Raul Gomes dos Santos.
Rogério da Conceição Serafim Martins.
Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.
Serafim Jesus Silva.

Partido Comunista Português (PCP):

António Dias Lourenço.
António Guilherme Branco Gonzalez.
Carlos Alfredo de Brito.
Domingos Abrantes Ferreira.
João António Gonçalves do Amaral.
João António Torrinhas Paulo.
Joaquim Gomes dos Santos.
José Rodrigues Vitoriano.
Lino Carvalho de Lima.
Manuel Correia Lopes.
Maria Ilda Costa Figueiredo.
Maria Odete Santos.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Zita Maria Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes Almeida.
António Bernardo Lobo Xavier.
António Gomes de Pinho.
António Filipe Neiva Correia.
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
Francisco Manuel de Menezes Falcão.
Hernâni Torres Moutinho.
João Carlos Dias Coutinho Lencastre.
João Gomes de Abreu Lima.
João Lopes Porto.
Joaquim Rocha dos Santos.
José António Morais Sarmiento Moniz.
José Luís Nogueira de Brito.
Luís Eduardo da Silva Barbosa.
Narana Sinai Coissoró.

Movimento Democrático Português (MDP/
/CDE):

António Monteiro Taborda.
José Manuel Tengarrinha.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.
Octávio Luís Ribeiro da Cunha.

Agrupamento Parlamentar da Acção Social-Democrata Independente (ASDI):

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.

Voto de saudação enviado à Mesa para publicação

A Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, no concelho de Porto de Mós, prestou pública homenagem, no passado dia 30 de Setembro, a João Pereira, conhecido por «Major», de 78 anos de idade (nasceu a 9 de Outubro de 1906), descerrando, num largo da localidade, na sua presença e na da imensa população que se associou ao acto, um obelisco «A João Pereira (o Major), grande benemérito da freguesia».

O «Major» tem sido, de facto, ao longo da sua vida um grande mobilizador do povo para a realização de trabalhos e obras do bem comum, tendo-lhe cabido a iniciativa da abertura de muitos quilómetros de caminhos e estradas através dos terrenos escarpados e rochosos da serra, os quais permitiram o acesso a terras de cultivo e a mais fácil comunicação dos povos, dessa forma contribuindo pa-

ra o progresso das populações e para o crescimento e prosperidade da freguesia e seus habitantes.

O «Major» nunca pertenceu à Junta de Freguesia, mas ele tem sido a expressão pura da instituição mais profunda da solidariedade comunitária, da capacidade mobilizadora dos povos, pela firmeza do carácter, pela força de vontade, pela simplicidade e grandeza da sua vida e do seu exemplo.

O «Major», alfaiate e depois agricultor, sempre de viver modesto, pertence ao número daqueles muitos e muitos portugueses que, perdidos nos recantos do País, têm contribuído, tanto quanto outros mais publicamente conhecidos, para o seu engrandecimento e muito particularmente para a defesa dos povos e o seu progresso comunitário, muitas vezes sem qualquer ajuda da Administração Pública e, outras, sofrendo até a sua indiferença ou mesmo incompreensão.

Por isso, o País os deve conhecer e enaltecê-los.

Nestes termos:

A Assembleia da República, a propósito da homenagem que a Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra lhe prestou no dia do seu 78.º aniversário, saúda João Pereira (o «Major»), associa-se à homenagem, enaltece a sua vida e a sua obra e presta-lhe público testemunho de gratidão.

Assembleia da República, 9 de Outubro de 1984. — Os Deputados do PSD: — *Silva Marques — Moreira da Silva — Reinaldo Gomes — Fernando Costa.*

PREÇO DESTE NÚMERO 40\$00

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA